



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

761

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329913-0**

**COMARCA DE ORIGEM:** Olinda - 4ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** Helena Maria da Silva.

**AGRAVADO:** Banco J. Safra S.A.

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS. REJEITADA. PRELIMINAR DE CONEXÃO. REJEITADA. SUSPENSÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO ATÉ O JULGAMENTO DA AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULA CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não é aconselhável o acolhimento de preliminar de inépcia da inicial por ausência de documentos essenciais em sede de liminar em Agravo de Instrumento, pois existe a possibilidade de não constarem nos autos do recurso todos os documentos anexados pela parte agravada na ação principal.
2. No caso de ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, antes do indeferimento da inicial, deve ser o Autor intimado para anexá-los ao processo, podendo tal falta, inclusive, ser suprida em sede de Agravo de Instrumento.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

162

3. Não existe conexão entre a Ação de Busca e Apreensão e a Ação Revisional, pois, mesmo que se trate de uma única relação contratual, o objeto e a causa de pedir próxima não são os mesmos.
4. Agravo Regimental não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 18 de julho de 2014.

  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

163

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329913-0

COMARCA DE ORIGEM: Olinda - 4ª Vara Cível

AGRAVANTE: Helena Maria da Silva.

AGRAVADO: Banco J. Safra S.A.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto em face de decisão interlocutória (fls. 83/88) proferida no Agravo de Instrumento nº 329913-0, na qual este juízo indeferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo da liminar proferida .

DECISÃO VERGASTADA:

Eis o teor do *decisum* ora impugnado, constante às fls. 83/88 dos autos:

*"Primeiramente, devo lembrar que, para deferimento de pedido liminar in alita altera pars, tanto a doutrina quanto a jurisprudência vêm exigindo os requisitos do 'fumus boni iuris' e do 'periculum in mora'.*

*Concernente a estes requisitos, não considero como preenchido o 'fumus boni iuris', primeiro porque existe a*

ST



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

164

*possibilidade de, antes da intimação do Agravado para contrarrazoar, não constarem no Agravo de Instrumento todos os documentos por esse anexados nos autos da ação principal.*

*Além disso, devo lembrar que, no caso da ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, antes do indeferimento da inicial, deve ser o Autor, ora Agravado, intimado para anexá-los ao processo, inclusive, se realmente restar evidenciada, tal falta pode ser suprida neste Agravo de Instrumento.*

*Quanto à questão da conexão, devo elucidar que a jurisprudência pátria já firmou entendimento no sentido de que não existe conexão entre a Ação de Busca e Apreensão e a Ação Revisional, pois, mesmo que se trate de uma única relação contratual, o objeto e a causa de pedir próxima não são os mesmos. Isso porque a Ação de Busca e Apreensão tem como fundamento o inadimplemento do pacto de alienação fiduciária, enquanto que na Ação Revisional Contratual o devedor busca a anulação/revisão de cláusulas do ajuste, no intuito de dirimir supostas abusividades.*

*No mesmo sentido é o entendimento do STJ confira-se:*

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APONTADA OMISSÃO NA DECISÃO AGRAVADA. FALTA DE ADEQUAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÃO DE



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

165

VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 e 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E REVISIONAL DE CONTRATO. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. CONFIGURAÇÃO DA MORA. ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO PROTESTO NO ENDEREÇO DO DEVEDOR. PRECEDENTES DESTA CORTE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. É entendimento assente na jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte Superior o de que "A discussão das cláusulas contratuais na ação revisional não acarreta o sobrestamento da ação de busca e apreensão, porquanto não há conexão entre as ações" (REsp 1.093.501/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe de 15/12/2008).

2. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, na alienação fiduciária, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do domicílio do devedor.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 41319 RS 2011/0207216-9, T4, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 11/10/2013).



166

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Súmula nº 380 do STJ : "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor".

Outrossim, importa esclarecer que, após análise do caso in concreto, poderiam ser admitidas a questionada prejudicialidade e a consequente necessidade de reunião das ações em questão, caso fosse demonstrado, mediante a realização de depósitos regulares, que a revisional realmente foi aforada pela devedora em busca da efetiva satisfação do incontroverso. O que não é o caso dos autos, pois a Agravante não trouxe qualquer prova de que esteja depositando os valores incontroversos na Ação Consignatória de Pagamento c/c Revisional de Cláusula Contratual nº 0002107-55.2013.8.17.0990.

O mesmo posicionamento é o do TJSP, conforme aresto adiante ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO CONEXÃO COM AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO NÃO RECONHECIMENTO AGRAVANTE QUE NÃO COMPROVA QUE ESTÁ DEPOSITANDO OS VALORES DAS PRESTAÇÕES NA CONSIGNATÓRIA DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

Agravo de Instrumento improvido. (AI 0140986-87.2012.8.26.0000, 36ª CDP, Rel. Des. Jayme Queiroz Lopes, DJ de 27/07/2012).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

167

*Por fim, quanto ao argumento de que o valor da causa foi declarado em valor superior ao devido, devo lembrar da existência do incidente de impugnação ao valor da causa, previsto no art. 261 do CPC. Confira-se, ipsi litteris:*

*"Art. 261. O réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da causa.*

*Parágrafo único. Não havendo impugnação, presume-se aceito o valor atribuído à causa na petição inicial."*

*Sendo assim, já que o Agravo de Instrumento não é o meio adequado para realizar o citado questionamento, não merece prosperar também o referido argumento da Agravante.*

*Isto posto, indefiro a liminar perseguida."*

**FUNDAMENTOS DO RECURSO:**

A Agravante suscita, preliminarmente, a inépcia da inicial, sob o fundamento de ausência de autenticação do contrato de financiamento firmado entre a partes. Aduz, ainda, a inexistência de documentos representativos do banco (atos constitutivos e estatuto da pessoa jurídica).

ST



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

168

Além disso, argumenta a necessidade de reconhecimento da conexão existente entre a Ação de Busca e Apreensão em questão e Ação Consignatória de Pagamento c/c Revisonal de Cláusula Contratual nº 0002107-55.2013.8.17.0990.

Por fim, pugna pelo conhecimento do recurso e acolhimento das preliminares arguidas. Caso não seja este o entendimento do órgão colegiado, requer a suspensão da Ação de Busca e Apreensão em detrimento da Ação Consignatória de Pagamento c/c Revisonal de Cláusula Contratual nº 0002107-55.2013.8.17.0990, objetivando decisões conflitantes.

É o Relatório. Não exercido o juízo de retratação, independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

Recife, 18 de

de 2014.

  
*Des. Agenor Ferreira de Lima Filho*  
Relator





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

169

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º  
329913-0**

**COMARCA DE ORIGEM:** Olinda - 4ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** Helena Maria da Silva.

**AGRAVADO:** Banco J. Safra S.A.

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**VOTO PRELIMINAR**

**I) Inépcia da inicial**

Quanto à preliminar de inépcia da inicial por ausência de autenticação do contrato de financiamento firmado entre a partes e inexistência de documentos representativos do banco, importa ressaltar que ainda não houve manifestação da parte agravada no Agravo de Instrumento em questão. Com isso, existe a possibilidade de não constarem nos presentes autos todos os documentos por anexados pelo Agravado na ação principal.

Além disso, devo lembrar que, no caso da ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, antes do indeferimento da inicial, deve ser o Autor, ora Agravado, intimado para anexá-los ao processo, inclusive, se realmente restar evidenciada, tal falta pode ser suprida neste Agravo de Instrumento.

ST



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

170

Posto isso, rejeito a preliminar de inépcia da inicial.

Recife, 18 de *junho* de 2014.

*[Assinatura]*  
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

171

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329913-0**

**COMARCA DE ORIGEM:** Olinda - 4ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** Helena Maria da Silva.

**AGRAVADO:** Banco J. Safra S.A.

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**VOTO PRELIMINAR**

**II) Conexão**

Quanto à conexão suscitada, devo elucidar que a jurisprudência pátria já firmou entendimento no sentido de que não existe conexão entre a Ação de Busca e Apreensão e a Ação Revisional, pois, mesmo que se trate de uma única relação contratual, o objeto e a causa de pedir próxima não são os mesmos. Isso porque a Ação de Busca e Apreensão tem como fundamento o inadimplemento do pacto de alienação fiduciária, enquanto que na Ação Revisional Contratual o devedor busca a anulação/revisão de cláusulas do ajuste, no intuito de dirimir supostas abusividades.

No mesmo sentido é o entendimento do STJ confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO  
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APONTADA  
OMISSÃO NA DECISÃO AGRAVADA. FALTA DE



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

172

ADEQUAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 e 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E REVISIONAL DE CONTRATO. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. CONFIGURAÇÃO DA MORA. ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO PROTESTO NO ENDEREÇO DO DEVEDOR. PRECEDENTES DESTA CORTE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. *É entendimento assente na jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte Superior o de que "A discussão das cláusulas contratuais na ação revisional não acarreta o sobrestamento da ação de busca e apreensão, porquanto não há conexão entre as ações" (REsp 1.093.501/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe de 15/12/2008).*

2. *A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, na alienação fiduciária, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do domicílio do devedor.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 41319 RS 2011/0207216-9, T4, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 11/10/2013).*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

173

Súmula nº 380 do STJ : *"A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor"*.

Outrossim, importa esclarecer que, após análise do caso *in concreto*, poderiam ser admitidas a questionada prejudicialidade e a consequente necessidade de reunião das ações em questão, caso fosse demonstrado, mediante a realização de depósitos regulares, que a revisional realmente foi aforada pela devedora em busca da efetiva satisfação do incontroverso. O que não é o caso dos autos, pois a Agravante não trouxe qualquer prova de que esteja depositando os valores incontroversos na Ação Consignatória de Pagamento c/c Revisional de Cláusula Contratual nº 0002107-55.2013.8.17.0990.

O mesmo posicionamento é o do TJSP, conforme aresto adiante ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO ALIENAÇÃO  
FIDUCIÁRIA BUSCA E APREENSÃO CONEXÃO  
COM AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM  
PAGAMENTO NÃO RECONHECIMENTO  
AGRAVANTE QUE NÃO COMPROVA QUE ESTÁ  
DEPOSITANDO OS VALORES DAS PRESTAÇÕES  
NA CONSIGNATÓRIA DECISÃO AGRAVADA  
MANTIDA.

*Agravo de Instrumento improvido. (AI 0140986-87.2012.8.26.0000, 36ª CDP, Rel. Des. Jayme Queiroz Lopes, DJ de 27/07/2012).*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

---

Posto isso, rejeito a preliminar ventilada.

Recife, 18 de  de 2014.

*Des. Agenor Ferreira de Lima Filho*

*Relator*

174



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

175

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 329913-0**

**COMARCA DE ORIGEM:** Olinda - 4ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** Helena Maria da Silva.

**AGRAVADO:** Banco J. Safra S.A.

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**VOTO DE MÉRITO**

Cinge-se o debate do presente recurso sobre a possibilidade de suspensão de Ação de Busca e Apreensão até o julgamento de Ação Consignatória de Pagamento c/c Revisão de Cláusula Contratual, sob o argumento de existência de possibilidade de decisões conflitantes.

Primeiramente, é interessante elucidar que o art. 265 do CPC permite a suspensão do processo em determinadas situações, vejamos:

*"Art. 265. Suspende-se o processo:*

*I - pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;*

*II - pela convenção das partes; (Vide Lei nº 11.481, de 2007)*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

176

*III - quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como de suspeição ou impedimento do juiz;*

*IV - quando a sentença de mérito:*

*a) depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente;*

*b) não puder ser proferida senão depois de verificado determinado fato, ou de produzida certa prova, requisitada a outro juízo;*

*c) tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente;*

*V - por motivo de força maior;*

*VI - nos demais casos, que este Código regula."*

Da análise dos autos, percebo que a Agravante procura enquadrar o caso em comento na hipótese prevista no inciso IV, *a*, entretanto não merece guarida o seu pleito. Isso porque, conforme já esclarecido no voto preliminar de conexão, é pacífico o entendimento no STJ de que "*a discussão das cláusulas contratuais na ação revisional não acarreta o sobrestamento da ação de busca e apreensão, porquanto não há conexão entre as ações*" (AgRg no AREsp 41319 RS 2011/0207216-9, T4, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 11/10/2013).

Inclusive, é interessante ressaltar que, segundo o jurista Fredie Didier Jr., a suspensão do processo nesse caso possui um pressuposto negativo, somente ocorrendo se, evidenciado o vínculo de dependência e,





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho*

177

consequentemente, caracterizada a conexão, não for possível reunir as causas para processamento e julgamento simultâneos (DIDIER JR., Fredie. Curso De Processo Civil: Introdução ao Direito processual Civil e Processo de Conhecimento. V.1. Salvador: Editora Jus Podivm. 2012, P. 600).

Portanto, está descartada a possibilidade de suspensão da Ação de Busca e Apreensão até o julgamento de Ação Consignatória de Pagamento c/c Revisonal de Cláusula Contratual.

Face ao exposto, **julgo improcedente** o Agravo Regimental.

É como voto.

Recife, 18 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator